

# *As Contribuições de Fernando de Azevedo para a Educação Brasileira*

## *Los Aportes de Fernando de Azevedo a La Educación Brasileña*

---

CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN  
UFT

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta o professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo Fernando de Azevedo (1894- 1974) e suas contribuições para a educação brasileira por meio de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Inserido no campo da História da Educação e aportado nos pressupostos da História Cultural, o texto é uma biografia histórica de uma das mais altas expressões da inteligência e da cultura do Brasil moderno. Fernando de Azevedo teve uma longa e marcante militância no meio educacional brasileiro onde desempenhou com notoriedade as diversas atividades e funções que exerceu. O legado intelectual que deixou para a Educação e para a Sociologia é inegável. Em 1932 redigiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o assinou como primeiro signatário na ânsia por uma escola democrática pública, única, gratuita, laica, acessível e universal. Na celebração dos 90 anos da assinatura e publicação deste manifesto, em 2022, que se tornou documento indispensável para o estudo e pesquisa da História da Educação Brasileira, fazer memória da trajetória, das produções e contribuições de Fernando de Azevedo.

**FERNANDO DE AZEVEDO. MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. BIOGRAFIA.**

**ABSTRACT:** Este trabajo presenta al profesor, educador, crítico, ensayista y sociólogo Fernando de Azevedo (1894-1974) y sus contribuciones a la educación brasileña a través de una investigación bibliográfica cualitativa. Insertado en el campo de la Historia de la Educación y basado en los presupuestos de la Historia Cultural, el texto es una biografía histórica de una de las más altas expresiones de inteligencia y cultura en el Brasil moderno. Fernando de Azevedo tuvo un largo y notable activismo en el ambiente educativo brasileño donde desempeñó con notoriedad las diversas actividades y funciones que desempeñó. Es innegable el legado intelectual que dejó a la Educación y la Sociología. En 1932 redactó el Manifiesto de los Pioneros de la Nueva Educación y lo firmó como primer firmante del anhelo de una escuela pública democrática, única, libre, laica, accesible y universal. En celebración del 90° aniversario de la firma y publicación de este manifiesto, en 2022, que se convirtió en un documento indispensable para el estudio y la investigación de la Historia de la Educación Brasileña, recuerde la trayectoria, producciones y contribuciones de Fernando de Azevedo.

**FERNANDO DE AZEVEDO. MANIFIESTO DE LOS PIONEROS DE LA NUEVA EDUCACIÓN. BIOGRAFÍA**

## Introdução

Os diversos papéis e funções que exerceu Fernando de Azevedo ao longo de sua vida - professor, educador, crítico, ensaísta, historiador, jornalista e sociólogo – colocaram-lhe no rol dos intelectuais de seu tempo. Um intelectual militante e comprometido com a educação, tornando-se crítico em relação à escola e o seu papel. Podemos referendar Fernando de Azevedo como aqueles “[...] intelectuais que apresentavam identidades plurais, constituídas a partir da produção muitas vezes articulada entre pensamento e ação” (Pinto et al., 2000, p. 33).

Sua trajetória profissional profícua foi indissociável de sua intelectualidade: “foi um homem obcecado pelo trabalho” (Piletti, 1994, p. 182), engajado nos grupos e movimentos aos quais se filiou e dono de uma considerável “produção bibliográfica, realizada nos interstícios (e em alguns casos em decorrência) de suas ocupações” (Anjos, 2014, p. 158).

Para Azevedo era preciso pensar o Brasil e, “ao pensá-lo, [...] encontra na educação um elemento poderoso de mobilidade social e transformação do país (Penna, 2010, p. 73). Assim, dentro do pensamento educacional brasileiro Azevedo pode ser considerado um ‘intelectual-síntese’, ou seja, recorrendo a diversos teóricos e suas aplicações dentro de outros contextos, soube absorver pressupostos que embasaram seu pensamento e suas formulações, sem deixar de lado o contexto político e social da nação. “Seus pensamentos e ideias foram construídos tendo por mote encontrar soluções que coubessem na realidade nacional” (Silva e Noma, 2013, p. 197).

Paschoal Leme, um de seus amigos, o tinha como “uma das mais altas expressões da inteligência e da cultura do Brasil moderno” (Piletti, 1994, p. 183). Por isso, faz-se mister considerar a trajetória humana e intelectual de Fernando de Azevedo, especialmente na fase de transição como a que ele viveu - entre um processo de industrialização insipiente e urbanização desorganizada; Revolução de 1930; fim e término do Estado Novo; regimes totalitários impondo seu poder e força; Segunda Guerra Mundial. No entanto, entre essas condições procurou pensar o Brasil com os instrumentos e categorias que lhe pareceram mais adequadas e com os quais realizou uma tomada de consciência da realidade educacional brasileira, suas especificidades, tendências, conflitos e necessidades (Penna, 2010, p. 13).

Como base de seus pensamentos, ações e projetos fundamentou seu arcabouço teórico-filosófico-prático escolanovista a partir de Dewey, Kerschensteiner, Pestalozzi, Decroly, além de Dürkheim, para a Sociologia, ciência de quem foi pioneiro no Brasil, entre outros (Silva e Noma, 2013).

O presente trabalho apresenta Fernando de Azevedo (1894-1974) e suas contribuições para a educação brasileira por meio de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Inserido no campo da História da Educação e aportado nos pressupostos da História Cultural, o texto é uma biografia histórica (Malatian, 2011), que objetiva compreender os percursos do biografado, revelar contextos, temporalidades e pluralidades na perspectiva da construção do conhecimento histórico.

## 1 Trajetórias de Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, região sul/sudoeste de Minas Gerais, no dia 02 de abril de 1894. Terceiro filho de Francisco Eugênio de Azevedo e Sara Lemos de Almeida Azevedo, progenitores de uma numerosa família. Viveu sua infância na pequena cidade de Cambuquira, distante cinquenta quilômetros de São Gonçalo. Em sua obra História de minha vida (1971), Fernando de Azevedo narra algumas peculiaridades de sua infância e o qualifica como um menino franzino, solitário, rebelde, caprichoso e aplicado nos estudos.

Em relação à sua vida estudantil foi encaminhado à sua cidade natal para morar com seus tios maternos Fernando Lemos e Laura de Almeida Lemos. Ali cursou o primário no Colégio particular de Francisco Lentz, preparando-se para o curso ginásial que iniciou em 1903, no Colégio Anchieta dos padres jesuítas, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, que funcionava como um internato para meninos

e rapazes. Seus pais pareciam ter boas condições financeiras à época, no entanto, algumas correspondências sugerem que passaram por dificuldades colocando em risco sua vida escolar (NEPHIE-USP, 2000).

Indiscutível que Fernando de Azevedo teve uma excelente formação intelectual tendo em vista a possibilidade de fazê-la numa escola de ordem religiosa clássica e afamada pela dedicação e zelo pelo ensino e aos estudos.

Ao concluir seus estudos desperta-se para a vida religiosa e ingressa, em 1909, no noviciado dos jesuítas sob a orientação do padre Leonel de França. Durante o tempo da experiência vocacional com os filhos de Inácio de Loyola, Azevedo, numa crise de consciência, refletiu sobre o chamado à vida religiosa e deparou-se com sua vocação verdadeira, o magistério (NEPHIE-USP, 2000). Vocação esta que havia experimentado dentro do próprio convento visto que em diversas ocasiões “[...] era destacado para substituir professores em seus impedimentos, reger essa ou aquela cadeira para a qual faltavam [...]” (Azevedo, 1971, p. 27). Deixou a vida religiosa em 1914 e matriculou-se no curso de Direito, no Rio de Janeiro, iniciando sua formação acadêmica. No mesmo ano, transferiu o curso para Belo Horizonte e, na capital mineira, foi lecionar Latim e Psicologia no Ginásio do Estado.

Como “homem de pensamento, com múltiplos interesses intelectuais, para quem nada do que é humano era estranho” (Piletti, 1994, p. 182), Fernando de Azevedo, dentro do Ginásio Estadual, desenvolveu interesse pela Educação Física. Adquiriu conhecimentos na área e analisou severamente as condições precárias do ensino de ginástica. Propôs ao governo mineiro em 1916 um projeto de lei que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e que tornou a Educação Física obrigatória em todas as níveis de ensino e em todas as escolas públicas e privadas de Minas Gerais.

Alguns fatos, no contexto da Educação Física, chamam a atenção na trajetória de Azevedo: ao propor o projeto de lei “já ali se mostrava sua vocação de educador e reformador da educação” (Penna, 2010, p. 147); o esporte que esteve presente em vários momentos da vida do educador, como esgrima e a natação no tempo do colégio dos jesuítas e em 1942 quando obteve o brevê de piloto e que, em sua opinião, era um preparo para as lutas públicas em prol do ensino e da cultura e o nascimento de Fernando de Azevedo escritor: concorreu a uma vaga para a cadeira de Educação Física do ginásio estadual com a tese “A poesia do corpo”. Apesar de aprovado não tomou posse por questões políticas, mas originou sua primeira obra que foi modificada para uma segunda edição com o título “Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser” (NEPHIE-USP, 2000).

Em 1917 Azevedo mudou-se para São Paulo onde concluiu o curso de Direito, em 1918. Neste interim foi professor de Latim no Ginásio Anglo-Brasileiro. De fato, o que o levou para São Paulo foi conhecer sua esposa Elisa Assunção do Amarante Cruz em dezembro de 1916 em Cambuquira. Elisa era paulista e filha de tradicional família. Casou-se com ela em 1917 com quem teve 4 filhos.

Acontece, porém, que, descendo uma das ruas da cidade, cruzei com um casal, acompanhado de um casal de filhos. Vim a saber que eram de São Paulo (...). Ao nos cruzarmos, não me foi difícil perceber que a filha [Elisa] me olhava com certo interesse, mais ou menos o mesmo que me despertara, com seus olhos azuis, com seus cabelos castanho-claros e pela delicadeza de seus traços. Não podia imaginar, naquele momento, que eu cruzava com alguém que iria influir no meu próprio destino (...). (Azevedo, 1971, p. 47).

## 2 Fernando de Azevedo: um militante pela educação

Depois de formado, Fernando de Azevedo iniciou sua intensa vida profissional e intelectual na capital paulista. Nunca militou como advogado. Sua paixão profissional foi a educação desde o tempo em que esteve como jesuíta. Em 1921 foi lecionar Latim e Literatura na Escola Normal de São Paulo.

Concomitante, dedicou-se à crítica e a história literária escrevendo, primeiramente, para o jornal Correio Paulistano e, posteriormente para O Estado de São Paulo, onde mantinha a coluna “Ensaio”.

Em 1926 Fernando de Azevedo foi convidado pelo diretor do jornal O Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho, seu amigo e incentivador, para realizar o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo. Apesar de hesitar em realizá-lo como ele mesmo justifica, visto que “nesses domínios (da educação), os meus conhecimentos não ultrapassavam ainda as fronteiras de duas especialidades: da educação física [...] e da literatura e língua latina [...]” (Azevedo, 1960, p. 25), “foi no decorrer do inquérito que, deixando-se empolgar pelo problema, resolveu dedicar-se inteiramente ao assunto em que mais tarde se revelaria um mestre” (Penna, 2010, p. 39).

Ao elaborar este inquérito Fernando de Azevedo aprofundou-se nas leituras sobre educação, conheceu as novas tendências da área e as ideias escolanovistas, especialmente de Dewey, de quem recebeu grande influência ao formular seu pensamento pedagógico/educacional.

Este inquérito, mesmo que tenha sido respondido por educadores paulistas, revelava, a priori, a situação da educação no Brasil. Ele significou a tomada de consciência da questão educacional por Fernando de Azevedo e lançou-o como insigne especialista e grande renovador da educação brasileira. Deste inquérito surgiu uma de suas obras A Educação Pública em São Paulo, problemas e discussões: Inquérito para o Estado de S. Paulo publicado em 1937 e numa segunda edição com o título A educação na encruzilhada em 1960. Um trecho desta obra revela algumas soluções apontadas por Azevedo para os problemas levantados pelo inquérito.

A necessidade de uma política de educação, com unidade de concepção e de plano, nas suas diretrizes e linhas gerais, como a de colocar os problemas de educação em face das novas condições econômicas e sociais e de adaptar o ensino às necessidades regionais; a reconstrução da escola para a formação de valores socialmente úteis; a organização da escola primária como escola do trabalho e escola-comunidade; o problema da preparação do professor e a elevação do seu status social; a cooperação da família e da escola; as bibliotecas escolares, operárias e circulantes; o apelo ao cinema e ao rádio como instrumentos educativos e o seu papel na escola; a orientação e a seleção profissional pelos métodos psicotécnico; a valorização técnica do elemento humano; o ensino secundário baseado nas línguas modernas e nas ciências; o papel da ciência e da técnica na civilização industrial; a associação do ensino e da pesquisa; eis aí várias questões mais discutidas e das medidas propostas no inquérito, e em torno de algumas das quais se estabeleceu uma notável convergência de pontos de vista (Azevedo, 1960, p. 20).

A década de 1920 foi fértil no que se refere a discussão sobre a educação no Brasil. Alguns educadores viam a necessidade de mudanças. O movimento pela reestruturação do ensino ganhou força com as ‘Conferências de Educação’ de 1922 e a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924. As reformas do ensino irradiaram-se por vários estados brasileiros e se concretizaram em alguns como no Ceará com Lourenço Filho em 1923, no Rio de Janeiro com Carneiro Leão em 1926, no Paraná com Lisímaco da Costa em 1927, em Minas Gerais com Francisco Campos e Mário Casassanta, entre 1927 e 1928, na Bahia com Anísio Teixeira e em Pernambuco com Carneiro Leão, ambas em 1928.

No contexto dessas reformas, em 1927 Fernando de Azevedo foi nomeado pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Antônio Prado Junior, para Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. À época, Washington Luís era presidente da República. Desempenhou esta função de janeiro de 1927 a outubro de 1930. O conhecimento e as experiências adquiridas com o Inquérito de São Paulo somada à personalidade corajosa e destemida de Azevedo fizeram com que propusesse ao prefeito, ainda em 1927, um projeto de reforma radical para a educação da capital do Brasil.

Tendo o projeto sido submetido à Câmara dos Vereadores do Distrito Federal em 04 de outubro de 1927, Azevedo

[...] o defendeu perante o Conselho Municipal [...] suas Comissões, e o público em geral. [...] manteve-se calmo, sereno, durante a longa exposição de motivos. Mas, encenando o que infelizmente se tornou um acontecimento usual em nossas câmaras supostamente representativas, sua explanação do projeto educacional que idealizara terminou em tumulto, tiros e ordem de se evacuarem as galerias [...] Foi atacado por todos, oposição e situação. Houve manobras de ambos os lados para cooptá-lo. [...] Fernando de Azevedo não aceita tais condições, mas consegue manter o projeto na íntegra apoiado pelo prefeito que obtém também a aquiescência do Presidente Washington Luís [...] (Penna, 2010, p. 44).

Enfrentou duras resistências, no entanto, a no início de 1928 começou a vigorar no Distrito Federal a reforma projetada por Fernando de Azevedo que “[...] não é apenas uma reforma de métodos pedagógicos. É a reorganização radical de todo o aparelho escolar em vista de uma nova finalidade pedagógica e social” (Azevedo, 1958, p. 72).

Nesta reforma, embasada em princípios que foram norteados pela Sociologia, ciência de que se tornou estudioso e especialista, eclodem ideias inovadoras em educação que foram instrumentalizadas pela ciência social, como a escola única, escola do trabalho e a escola-comunidade como percebemos em seu relato.

(...) A educação deve ser uma para todos (única), obrigatória e gratuita (...) “um ponto de partida comum para todos” os alunos dos meios diversos, é a poderosa instituição de “aprendizagem da vida coletiva”, de “realização da unidade nacional”. (...) A escola do trabalho é a escola em que a atividade é aproveitada como um instrumento ou meio de educação. Nada se aprende, senão fazendo: trabalhando (...). Assim, a tarefa da escola, além de criar e desenvolver o sentimento democrático (escola única), poderá transformar-se num instrumento de reorganização econômica pela escola de trabalho. A reforma baseou toda a educação na atividade criadora e pesquisadora do aluno, estimulada pelo interesse, que, permitindo desenvolver-se o trabalho com prazer, lhe dá o caráter educativo de que deve revestir-se na escola primária. (...) A escola nova se propõe, por uma forma de vida e de trabalho em comum, a ensinar a viver em sociedade e a trabalhar em cooperação. O aluno não deve exercer a sua atividade isoladamente, mas quanto possível, em grupos, em que a realização e a responsabilidade de um “trabalho” sejam atribuídas a vários indivíduos para se habituarem a agir em cooperação, afirmando a sua personalidade, com espírito de disciplina coordenador de esforços individuais (...) (Azevedo, 1958, p. 72-74, grifos do autor).

Outra ênfase da reforma da instrução no Distrito Federal onde se salienta a importância e a interferência dos estudos sociológicos de Fernando de Azevedo está no destaque para a formação dos professores, pois

[...] se é certo que, colocando os professores em face dos problemas postos pelas pesquisas sociológicas, se consegue imprimir a seus espíritos uma orientação geral, de que todo o ensino poderá beneficiar-se, é verdade também que o confronto do sistema pedagógico com o conjunto do sistema social levará o professor a compreender melhor o lugar da escola na vida e os limites de seu círculo de ação. [...] Dir-se-ia, de fato como observou C. Bouglé, que a escola pode tudo, e que dominar a escolar é dominar toda a sociedade. (Azevedo, 1958, p. 97-98).

A reforma educacional do Distrito Federal foi ruidosa pois reorganizou a instrução pública da capital brasileira: alterou o ensino normal, construiu novos prédios, organizou o ensino primário e o tornou gratuito e obrigatório, remodelou as escolas adequando-as ao meio em que se localizavam (urbano, rural ou marítimo) e especializou-as conforme a vocação de cada região, inseriu a ginástica em todos os níveis, e construiu praças ao redor das escolas, entre outras coisas.

Esse ruído influenciou e incentivou a eclosão de outras reformas pelo Brasil e intensificou a militância dos educadores que enxergavam o momento pelo qual a nação passava como tempo de mudanças.

Com a Revolução de 1930, Fernando de Azevedo foi deposto da função de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e retornou para São Paulo com sua família. Novamente na capital paulista retornou as atividades de professor e de jornalista. Foi lecionar Sociologia na Escola Normal e dedicou-se aos estudos de aprofundamentos do pensamento de Durkheim e Dewey seus baluartes teóricos.

Azevedo ocupou cargos diversos na administração pública. Uma vida profissional bastante eclética, mas sempre voltado para interesses sociais e culturais. Em 1931 teve uma atuação significativa como fundador, organizador e diretor da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB). Contribuiu para a estruturação do campo cultural brasileiro por meio da coordenação de importantes coleções científicas produzidas e mantidas pela BPB, entre elas a série Iniciação Científica, Atualidades Pedagógicas e a Coleção Brasileira, ambas lançadas em 1931.

A Associação Brasileira de Educação I (ABE) expandiu-se desde sua fundação com a realização das Conferências de Educação em 1927, 1928 e 1929 atraindo mais associados educadores e gestores da educação de todo o país, tanto da educação pública com da rede privada. Na visão de Carvalho (1994, p. 72), a ABE “havia sido projetada como órgão legítimo de opinião das classes cultas, destinado a colaborar em perfeita harmonia com os governos em questões de educação”.

Em 1931 a ABE realizou a IV Conferência de Educação em Niterói, no Rio de Janeiro e recebeu a solicitação do presidente Vargas e do Ministro da Educação Francisco Campos de fornecer para o governo provisório um plano que embasasse a política do ensino no Brasil, ou seja, a Revolução de 1930 não trazia consigo nenhum projeto educacional. No entanto, a Conferência não foi capaz de realizá-la. A ABE estava dividida: havia uma dualidade entre os defensores de uma educação de orientação religiosa (ala católica) e os defensores da educação única, laica e gratuita que se impuseram à conferência não permitindo que fosse apresentado ao governo algo desta assembleia. Desta forma, ficou estabelecido que seria escolhido um único orador para a redação deste documento e que fosse apresentado na V Conferência de Educação em 1932 o texto oficial.

O escolhido para redigir tal documento foi Fernando de Azevedo que durante a IV Conferência de Educação havia feito um discurso contemplando os ideais defendidos pelo grupo que buscava aplicar as ideias da Educação Nova no Brasil. Claro que a escolha de Azevedo para a redação deste documento que passou a ser chamado de Manifesto

deveu-se principalmente à sua atuação como reformador escolar no Distrito Federal, nos últimos anos da década de 1920 [que] contara com a colaboração de diversos educadores cariocas [Venâncio Filho, Edgar de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto 2e outros], então sediados na ABE, funcionando como um polo aglutinador em torno de propostas de remodelação escolar (Carvalho, 1994, p. 73).

Assim, Fernando de Azevedo redigiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – A reconstrução Educacional do Brasil: Ao Povo e ao Governo que foi lançado logo após a V Conferência

---

<sup>1</sup> Fernando de Azevedo foi presidente da ABE entre 1937 e 1938.

<sup>2</sup> Ambos assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

como resposta ao governo provisório. Assinado por 32 signatários<sup>3</sup>, o Manifesto elucidava pontos importantes para uma reforma educacional no Brasil. Tais pontos não se divergiam da reforma implementada por Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1928, mas alavancava inúmeras outras situações que colocariam a educação brasileira na vanguarda, como a laicidade do ensino, a criação de universidades, entre outras.

Os princípios norteadores do Manifesto estão assentados sobre os ideais da Educação Nova e de seus pensadores que na visão de Azevedo busca um “[...] sistema de educação vivo e flexível, concebido como uma obra orgânica” (Azevedo, 1958, p. 53).

O Manifesto reforçou ideias já defendidas por Azevedo em que caberia, a um só tempo, numa mesma escola promover uma maior adequação ao meio social – escola do trabalho –, ensinar a viver com os outros e a trabalhar em cooperação – escola comunidade – e espargir os ideais nacionalizantes e democráticos da civilização atual – escola única (Azevedo, 1958, p. 74).

Assim, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova trouxe em seu bojo as expectativas de uma concepção de escola leiga, gratuita e obrigatória, que enfatizou o cenário e as necessidades regionais implicando “uma unidade que não significasse uniformidade, mas, ao contrário, multiplicidade e, por conseguinte, uma educação que fosse federativa e descentralizada” (Penna, 2010, p.61). Estas concepções e anseios revelavam o pensamento azevediano sobre a educação a partir de seu arcabouço teórico filosófico: na Sociologia Durkheimiana e no pensamento ecolanovista de John Dewey. Concepções e anseios de que comungavam os demais signatários do movimento.

Apesar da constituição federal de 1934 ter inserido em seu texto muitas das reivindicações do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 o texto constitucional de 1937 abandonou as ideias da Educação Nova. O Estado Novo implementou medidas contrárias às teses escolanovistas, como os auxílios às escolas privadas e a oferta do ensino religioso facultativo nas escolas da rede oficial. Na visão de Azevedo, “[...] com o golpe de estado que instituiu, no Brasil, a 10 de novembro de 1937, um regime autoritário e unitário, entrou em declínio a campanha que se vinha desenvolvendo pela renovação educacional [...]” (Azevedo, 1963, p. 695).

Assim, apesar do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 ser considerado um importante marco na história da educação brasileira pela originalidade e urgência de seus apelos às mudanças nas políticas educacionais e servir de inspiração e bússola para se estudar os princípios de uma educação democrática, de uma escola única, leiga, gratuita e universal, não conseguiu alcançar seu objetivo. O pensamento de Azevedo, de fato, aqui se aplica: não é possível realizar qualquer tipo de renovação ou modificação sem reformas de base, sem a mudanças de mentalidade.

Ele foi constante quando defendia a ideia de que a mudança de mentalidades é o passo mais importante para a transformação de estruturas. Este vetor constitui-se cerne no Manifesto dos Pioneiros, pois “a necessidade de uma mudança de mentalidades [é] condição essencial para que se possa resolver problemas urgentes da realidade educacional brasileira” (Penna, 2010, p. 30).

Apesar das inúmeras críticas e perseguições em virtude do Manifesto dos Pioneiros a trajetória de Fernando de Azevedo floresceu e ele passou ocupar lugar de destaque entre os intelectuais e educadores do Brasil. No final de 1932 foi nomeado Diretor-geral da Instrução Pública de São Paulo<sup>4</sup>. Ficou pouco

---

<sup>3</sup> Eram eles: Fernando de Azevedo, Afranio Peixoto, Anísio Spínola Teixeira, Manuel Bergström Lourenço Filho, A. de Sampaio Dória, Roquette-Pinto, Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J.P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes.

<sup>4</sup> Fernando de Azevedo exerceu funções públicas junto a pasta da Educação por mais duas vezes. Em 1945 foi nomeado secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo, quando era governador Ademar de Barros e em 1961 foi nomeado secretário da Educação e Cultura da prefeitura de São Paulo no governo de Prestes Maia. Em ambas ele permanece pouco tempo no exercício da função

tempo nesta função, mas realizou em São Paulo mais uma reforma educacional. Não é por acaso que Antonio Candido o chama de “o reformador” (Candido, 1994).

Implementou o Código de Educação de São Paulo, que, posteriormente se transformou no decreto-lei n.º 5.884 de 21 de abril. Este Código traz em sua estrutura alguns elementos reformadores que são característicos de Azevedo, como a reestruturação do Curso Normal - pois prioriza a formação dos professores; a organização da escola de Educação Física e a obrigatoriedade desta matéria nas escolas públicas e particulares - uma de suas paixões e implanta o ensino de Sociologia em todas as escolas normais do Estado de São Paulo.

Fernando de Azevedo não abandonou docência. Durante o ano de 1932 passou a dar aulas de Sociologia Educacional no Instituto de Educação de São Paulo 5o qual foi fundador e seu primeiro diretor.

O Instituto de Educação foi organizado, nas palavras de Azevedo, não somente para dar a preparação técnica do professor e do administrador escolar, como também para se constituir em um centro de cultura superior, de investigação e de pesquisas para o estudo científico e experimental da educação (Evangelista apud Nascimento, 2012, p.43).

Em 1934 participou ativamente da Fundação da Universidade de São Paulo, a USP, como redator de seu anteprojeto e do primeiro regimento<sup>6</sup>. Nesta Universidade dedicou sua vida de docente e de pesquisador como catedrático de Sociologia Educacional e, depois, de Sociologia II na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da qual foi diretor entre 1941 e 1943. Em 1947 criou-se o Departamento de Sociologia e Antropologia da USP da qual Azevedo foi chefe até sua aposentadoria em 1961.

O papel de Fernando de Azevedo como professor de Sociologia foi preponderante para a institucionalização desta disciplina e das pesquisas sociológicas no Brasil. Seus estudos em Educação e as reformas por ele propostas sempre passaram pela Sociologia. Além de professor da área foi organizador da disciplina e das atividades a ela relacionadas em São Paulo, primeiro no Ensino Médio, conforme reza o Código de Educação de 1933 e depois no ensino superior.

Em 1935 Azevedo fundou a Sociedade de Sociologia de São Paulo que antecedeu a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) de 1950 e ficou à frente desta de 1935 a 1960 quando foi substituído por Florestan Fernandes. A nível internacional, em virtude de sua participação e significativas contribuições, foi eleito vice- presidente da International Sociological Association, no Congresso Mundial de Zurique para o período de 1950 a 1953.

Três significativas obras de Fernando de Azevedo corroboram para o seu pioneirismo intelectual no campo da Sociologia e a institucionalização da disciplina no Brasil: *Princípios de Sociologia* (1935) – “referência primordial para a iniciação dos estudantes no mundo das teorias sociológicas” (Bastide apud Nascimento, 2012 p. 167), *Sociologia Educacional* (1940) – “a principal contribuição teórica de Azevedo para o arcabouço conceitual da Sociologia” (Candido apud Nascimento, 2012, p. 272) e *A Cultura Brasileira* (1943) – “síntese do Brasil de corpo inteiro [...] mais conhecido aos brasileiros e a descobri-lo os homens de outros países [...] exercício prático do que já havia produzido anteriormente” [as outras duas obras] (Toledo apud Nascimento, 2012, p. 232).

Os ideais escolanovistas sempre foram bandeira de militância para Fernando Azevedo. Além do mais, cultivava uma grande preocupação com o desenvolvimento econômico do país. No intuito de combater uma grande ameaça à democratização da educação no Brasil e às ideias contrárias a uma escola pública única, leiga, gratuita e universal com privilégios para a escola confessional, em 1959 ele redige o

---

<sup>5</sup> Este instituto foi vinculado à Universidade de São Paulo, USP, imediato à sua criação em 1934. Os sociólogos Paul Arbousse Bastide e Emílio Willems, dentre outros foram parceiros de Azevedo no Instituto e, posteriormente, na USP, assim como interlocutores deste por cartas (Nascimento, 2012)

<sup>6</sup> Alguns de seus contemporâneos o consideram como a alma mater desta universidade.

[...] Manifesto ao povo e ao governo: mais uma vez convocados, publicado em 1º de julho, combatendo o ante-projeto apresentado por Carlos Lacerda que modificava a Lei de Diretrizes e Bases em votação na Câmara dos Deputados. Esse manifesto, assinado por 180 educadores, cientistas e escritores, teve larga repercussão não só no Brasil como também em todos os países da América Latina, onde foi amplamente divulgado em revistas e jornais (Vidal apud Nascimento, 2012, p. 138).

Mais uma vez este Manifesto de 1959 acabou sendo interrompido por outra ditadura instaurada, a militar de 1964. Neste período Fernando de Azevedo, como defensor da liberdade de opinião e da democracia política, se posicionou favorável à defesa de professores e estudantes perseguidos e cassados pela ditadura. Em algumas ocasiões esteve presente nos interrogatórios dos colegas, como o do professor Florestan Fernandes. Em 1965 redigiu o 'Manifesto dos Intelectuais: pela liberdade de opinião', que pode ser sintetizado em um dos pensamentos expressos no texto:

Em nossa luta, sem tréguas, contra o dogmatismo e a intolerância, contra o farisaísmo e os sectarismos de qualquer natureza, o que pomos acima de tudo, é o espírito de verdade, a sinceridade radical, é o amor à liberdade, e, com ele, o culto da responsabilidade que é a honra da liberdade. Para amarmos alguma coisa, basta, como já se disse, pensar que corremos o risco de perdê-la. E é a liberdade, o que estamos mais arriscados a perder no momento atual (Manifesto dos Intelectuais apud Penna, 2010, p. 131).

### **Considerações Finais**

Fernando de Azevedo foi um homem de seu tempo. Engajou-se verdadeiramente em uma causa. Fez da Educação e da Sociologia suas paixões, tanto na intelectualidade como na profissão. Deixou um significativo legado para a cultura brasileira. A educação brasileira foi marcada por suas iniciativas reformadoras e pelos seus escritos. Ao revisitar suas obras depara-se com uma riqueza imensurável de ideais inovadores e resoluções alcançáveis para dilemas que ainda estão presente no contexto educacional brasileiro.

Dele se afirmou,

Espírito de grande inquietação, temperamento ardoroso, vontade firme, aliados a uma afetividade transbordante que buscava ansiosamente o convívio, — a sua vida foi marcada pelas grandes empresas, os grandes sentimentos, as grandes dedicações. Unindo compostura e irreverência, aplicação ao trabalho e gosto da divagação, reconhecimento da tradição e curiosidade pelas coisas novas, foi sem dúvida uma personalidade excepcional, que marcou o seu tempo porque nunca recusou as tarefas trazidas pelo senso do dever, que nele era em grande parte discernimento das necessidades coletivas (Cândido, 1974, p. 868).

A militância e o compromisso de Azevedo com a educação são suas contribuições ímpares deixadas na História. A narrativa biográfica de Fernando de Azevedo interligada às memórias históricas de sua trajetória e de seus aportes podem ajudar a reavivar em educadores e educadoras do nosso tempo, a utopia, e impactar gerações do presente e do futuro.

## Referências

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Fernando de Azevedo, “a cultura brasileira” e a história da educação: notas historiográficas. *Revista Tempos e Espaços em Educação*. Volume 7, Número 14 - setembro/dezembro 2014.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4 ed., revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

AZEVEDO, Fernando. *A educação na encruzilhada: problemas e discussões. Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926*. 2 ed., Edições Melhoramentos, 1960.

AZEVEDO, Fernando. *Fernando de Azevedo: História de Minha Vida*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1971.

AZEVEDO, Fernando. *Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

CANDIDO, Antonio. Um reformador. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 37. São Paulo, 1994 (págs. 11-17).

CANDIDO, Antonio. In Memoriam: Fernando de Azevedo (1894-1974). *Revista de História*. v. 50, n. 100, 1974

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Fernando de Azevedo, pioneiro da Educação Nova. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 37. São Paulo, 1994.

MALATIAN, Tereza Maria. *A Biografia e a História*. *Cadernos CEDEM*. v. 1, nº 1, 2008.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. *Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

NEPHIE-USP. Instituto de Estudos Brasileiros:Arquivo Fernando de Azevedo. 2000. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/TRAJETOR.PDF> .

PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. *Perfil de Mestres. Estudos Avançados*. São Paulo, v. 8, n. 22, 1994, p. 181-184.

PILETTI, Nelson. *Fernando de Azevedo: da educação física às ciências sociais*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 37. São Paulo, 1994.

PINTO, Diana Couto et al. *Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes*. São Paulo: Loyola, 2000.

SILVA, Magna Maria da; NOMA, Amélia Kimiko. O projeto político-educacional azevediano no Brasil nos anos 1920-1930. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n° 53, p. 196-213, out 2013.

### COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

BRESSANIN, C. E. F.. As Contribuições de Fernando de Azevedo para a Educação Brasileira. **Revista Internacional Educon**, v. 5, n. 2, e24052010, 2024. ISSN: 2675-6722. DOI: <https://doi.org/10.47764/e24052010>.

### Sobre o Autor

#### **CESAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN**

 <https://orcid.org/0000-0003-1221-2353>

Doutor em Educação (PPGE-PUC-GO); Mestre em História (PUC-GO); Mestre em Educação (UNINORTE); Graduado em História (UFT) e Pedagogia (UNIFACVEST); Estudante de Filosofia e Teologia (UNINTER); Membro do DGP Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços sociais (PUC-GO); Membro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES - UFT). Docente no PPG História das Populações Amazônicas (UFT).

[kaeserevangelista@gmail.com](mailto:kaeserevangelista@gmail.com)